



**Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Vale do Taquari
Gt - Leite**

Memória 01/2012

Data: 14/03/2012

Local: Sala 201/07 - UNIVATES

Horário: 14h

Representantes	Entidades Presentes
Ricardo Alviggi Cimirro	Superintendência Federal de Agricultura (UTRA Lajeado)
Derli Bonine	Emater
Nilo Kern Cortez	Emater
Liane Brackmann	STR/Teutônia
Fernando Staggemeier	Cooperativa Languirú
João Bogorni	Asamvat
Marcos Turatti	Univates
Cíntia Agostini	Secretária Executiva do CODEVAT
Vinícius Pretto da Silva	B-Agro
Jairo Bandeira	B-Agro

Pauta: Apresentação realizada senhor Marcos Turatti a respeito da proposta de criação de uma Associação que trata da indicação geográfica do Vale do Taquari.

Deliberando:

Reunião iniciou com as apresentações dos membros e de novos integrantes, o senhor Vinícius Pretto da Silva e Jairo Bandeira, ambos da empresa B-Agro.

Justificaram antecipadamente sua falta os senhores Gilberto Zannatta, Ardêmio Heineck e Rivaldo Dhein.

Deu-se início a apresentação da proposta de criação de uma associação, que teve como base a dissertação de mestrado além de trabalhos efetuados pelo senhor Marcos Turatti. Primeiramente o senhor Marcos Turatti explicou que a indicação geográfica refere-se ao produto que torna-se diferenciado pelo fato de ser produzido ou cultivado em um determinado território ou região específica. Conforme descrito na Lei 9.279 /96, artigos 177 e 178, há dois modelos de indicações geográficas: indicação de procedência, quando uma região torna-se reconhecida pela extração, produção, fabricação de determinado produto;

denominação de origem, quando a qualidade da extração, produção e fabricação do produto deve-se ao meio geográfico.

Em seguida, foram apresentados alguns objetivos da indicação geográfica, são eles: garantia de autenticidade, agregação de valor ao produto, produção do desenvolvimento regional sustentável, promoção comercial, preservação da biodiversidade, do conhecimento tradicional e dos recursos naturais. Existem também as indicações geográficas conhecidas e consolidadas no Brasil e que podem servir de modelo como Vale dos Vinhedos (2002), Café do Serrado (2005), Pampa Gaúcho (2006). Outro ponto importante da apresentação foi as etapas para solicitar o reconhecimento da indicação geográfica: 1. organização de produtores; 2. resgate cultural e histórico da região; 3. definição da área da abrangência e elaboração de mapa cartográfico com memorial descritivo; 4. definição dos critérios/padrões de identidade do produto; 5. elaboração da representação gráfica da indicação geográfica (selo de identidade); 6. adequação do estatuto; 7. criação de um conselho regulador; 8. Elaboração de um regulamento técnico (mecanismo de controle); 9. Encaminhar a solicitação de reconhecimento da indicação geográfica ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), segundo o senhor Marcos as etapas 2,4,5 e 8 possuem propostas de um trabalho já iniciado. A etapa 8, regulamento sobre os critérios de concessão do direito de uso de marca da certificação de lácteos, possui um fluxograma, o qual indica as etapas que se darão a regulamentação dos produtores dentro desta Associação, que inicia com o contrato junto a associação, a partir disto a mesma concederá o regulamento, o produtor por sua vez terá de atender aos padrões impostos pela Associação e solicitar a auditoria, esta conforme o sugerido pelo senhor Marcos poderá se feita por profissionais do exterior que possuem qualificação, e poderia ser um diferencial para este selo e daria credibilidade ao produto. Após, a associação seria comunicada se o produto está dentro dos padrões e a mesma convocaria o colegiado para validar o processo; em seguida a associação irá emitir o certificado de conformidade autorizando a utilização do selo, a partir disto serão feitas auditorias/análises laboratoriais periodicamente.

Referente as auditorias internacionais, o senhor Ricardo Cimirro manifestou-se dizendo que este serviço poderia ser descartado para negociações internas, pois dentro do nosso território podemos fazer o selo se destacar, e quando o produto com selo for exportado, seria então auditado por um técnico nacional ou internacional, não por auditores internos ou da Univates. O senhor Derli Bonini disse que já existe uma normativa regulamentadora do processo de auditoria, em resposta o senhor Marcos Turatti disse que havia feito uma visita à alguns países que desenvolvem esse projeto, e teriam lhe indicado usar auditores do exterior.

O senhor Derli Bonini perguntou quem terá acesso ao selo e como será o processo de participação das empresas. O senhor Marcos Turatti disse que todos que produzem e vendem terão acesso, porém deverão estar de acordo com a normativa regulamentadora de produção e uso do selo de qualificação que a Associação impôr.

A senhora Liane Brackmann perguntou como ficaria, por exemplo, a situação BRF Foods neste processo, pois esta empresa recolhe leite de muitos produtores da região, ou seja, se estes produtores se enquadrarem no processo, produzirão um leite de melhor qualidade e venderão para grandes empresas como a BRF como leite normal; senhor Marcos Turatti, respondeu que os produtores serão fiscalizados e o leite deverá ser separado dos demais. O senhor Jairo disse que a vantagem do produtor que cumpre os processos exigidos, é que ele se destacará comparado a outros produtores e também serão melhor vistos pelas empresas, poderá estar documentado pela associação que ele é um produtor diferenciado.

A senhora Liane Brackmann, disse que o Vale tem potencial para desenvolver este projeto, falou ainda que é contra a auditoria do exterior, pois poderia encarecer o produto e muitas pessoas deixariam de comprá-lo, tendo em vista que a maioria dos consumidores escolhe este produto pelo preço, a cadeia também precisa ser melhorada desde os produtores até a associação e cooperativas, citou ainda alguns problemas como a falta de

energia e a sazonalidade que dificultam a comercialização do produto. O senhor Marcos Turatti disse que conforme estudo realizado, de 92% a 95% correspondem a consumidores que escolhem o produto leite pelo preço, mas ainda sobram de 2% a 5%, que preferem um produto diferenciado, como este que está sendo proposto pela Associação.

Após o breve debate a apresentação prosseguiu com a Fundamentação Legal da Associação, desde sua denominação, do quadro social, da delimitação da área de abrangência do selo, raças leiteiras que serão autorizadas, como será o sistema de produção dos lácteos, área de produção autorizada, dos produtos, área geográfica de produção e processamento dos Produtos Lácteos, padrões de identidade e qualidade química dos produtos, padrões de identidade e qualidade organoléptica dos produtos, normas de rotulagem, registros, direitos e obrigações até infrações para produtor ou empresa.

Senhor Ricardo Cimirro, disse que associação tem autonomia, sugeriu que chamassem técnicos já experientes no tema para criar esse padrão de qualidade. O senhor Derli Bonini, sugeriu construir o espaço dessa associação com as cooperativas ou outras entidades e enquadrar quem participa ou não. O senhor João Bogorni, disse que o estatuto poderia ser construído pelas partes interessadas, disse também que as normas para participar da associação não podem ser muito rígidas, porque dificultará encontrar produtores ou entidades se se enquadrarem neste processo, mas também não pode ser branda, para não diminuir a qualidade do produto, tem que existir um equilíbrio. O senhor Fernando Staggemeier disse que hoje já existem balizadores que auxiliam na qualidade e produção deste leite. A senhora Cíntia Agostini disse que para a elaboração deste processo temos que começar da base, ou seja, ouvindo os produtores e cooperativas, pois eles são partes importantes para o bom andamento de todo este processo. O senhor Derli Bonini colocou em questão a possibilidade de agendar um encontro e convidar agroindústrias ou outras organizações para começar a construir a partir deste tema os caminhos para chegar a Associação. O senhor João Bogorni sugeriu que para esse encontro o Codevat se responsabiliza-se pela organização, listando algumas pessoas para preparar a apresentação no dia, portanto o Grupo de Trabalho do GT Leite está formado voluntariamente pelos(as) senhores(as): Marcos Turatti, Ricardo Cimirro, Fernando Staggemeier, Cíntia Agostini e mais um voluntário indicado por Liane Brackmann para representar os STR's. O referido encontro ficou agendado para dia 28 de março às 17 horas, em local a ser divulgado. O senhor João Bogorni, sugeriu usar a experiência do Vale dos Vinhedos para nos ajudar na construção deste projeto, trazendo uma pessoas de lá para contar a experiência desta instituição.

A proposta para próxima reunião do GT-Leite é para dia 17 de maio às 16 horas, com local também a ser divulgado.